

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS SOBRE AS CIDADES
DO «TERCEIRO MUNDO» (1)

Entre os numerosos autores que têm estudado pormenorizadamente os problemas das cidades do Terceiro Mundo é justo destacar TERENCE GARY McGEE, que geralmente assina T.G. McGEE. pelo elevado número de trabalhos importantes até agora publicados, quer sob a forma de livros, quer de artigos, ou ainda de relatórios, sobretudo acerca das cidades do Sudeste Asiático. *The Southeast Asian City. A Social Geography of the Primate Cities of Southeast Asia*, Londres e Nova Iorque, 1967, *The Urbanization Process in the Third World. Explorations in the Search of a Theory*, Londres, 1971, entre outros, já são por demais conhecidos e frequentemente citados por quantos se têm debruçado sobre cidades do Terceiro Mundo. Está anunciado para breve *Theatres of Accumulation: Urbanization in Asia and Latin America*, Londres, 1985, em que é co-editor com W. ARMSTRONG.

T.G. McGEE, nascido em 1935 na Nova Zelândia, tendo feito docência e investigação científica em diversas universidades australianas, esteve também, nessa qualidade, em Kuala Lumpur, em Hong Kong e noutros centros universitários da Ásia Oriental. Actualmente vive no Canadá, sendo professor do Departamento de Geografia da Universidade da Colômbia Britânica e director de um instituto de investigações científicas sobre a Ásia, em Vancouver. Das suas publicações avulsas mais recentes escolhi três artigos, de 1982, 1983 e 1984, os quais testemunham bem a

riqueza de ideias originais e de pistas para a pesquisa, num domínio tão importante como é o do conhecimento dos processos de urbanização em países em vias de desenvolvimento. Utilizarei indiferentemente as duas expressões — países do Terceiro Mundo e países em vias de desenvolvimento — sem lhes discutir as sutilezas.

No primeiro daqueles artigos, «Labour Mobility in Fragmented Labour Markets: the Role of Circulatory Migration in Rural-Urban Relations in Asia», incluído em *Towards a Political Economy of Urbanization in Third World Countries*, Deli, 1982, como o título indica são abordados problemas das migrações entre áreas rurais e centros urbanos, ainda mal explicados por se terem aplicado até bem tarde modelos de transformação urbana tidos como clássicos e definidos a partir de situações observadas em países desenvolvidos, onde predominam as migrações permanentes do campo para a cidade como aspecto fundamental da urbanização. Contudo, podendo esses modelos encontrar correspondência em algumas áreas do Terceiro Mundo, em muitas outras os processos de urbanização estão longe de se poderem aferir com aqueles padrões. Basta ter em conta que, na maioria dos países do Terceiro Mundo, a par do importante aumento da população urbana, progride igualmente o crescimento volumoso da população rural. Este e outros casos fizeram com que os estudiosos procurassem definir modelos mais consentâneos com a realidade, dando maior atenção ao imprescindível reconhecimento das estruturas sociais e económicas contemporâneas nos países do Terceiro Mundo. O próprio T.G. McGEE tentou demonstrar quanto errado seria prosseguir na aplicação de modelos exógenos, tendo por base a divisão antiquada da sociedade em tradicional e moderna, e defendeu que se utilizasse, de preferência, a divisão em sectores formal e informal, existentes quer nas áreas urbanas, quer nas rurais para a melhor explicação dos movimentos migratórios entre o campo e a cidade («Rural-Urban Mobility in South and Southeast Asia», *Third World Urbanization*, coordenação de J.A. LUGHOD e R. HAY JR., Chicago, 1977, p. 257-270). Somente, tal proposta apenas se mostrou válida quando se tomaram como bases essenciais as características da força de trabalho, falhando nos casos em que se tentou a sua aplicação aos fenómenos mais amplos da mobilidade populacional em geral. A utilização do modelo em países densamente povoados, como a Indonésia e a Índia, deu lugar a resultados muito pessimistas, porquanto levou a pensar que mesmo que nas cidades desses países se pudessem fazer diminuir as respectivas taxas de crescimento, a absorção total da força de trabalho, sempre em crescimento, pelo sector formal das áreas urbanas (e também das rurais) exigiria uma taxa de formação de capital demasiado elevada em relação às taxas correntes. E, mesmo assim, seria altamente improvável que o sector formal alguma vez viesse a ter a capacidade para absorver toda a massa de gente requerendo trabalho remunerado. Deste modo, o padrão mais geral do futuro corresponderá à continuação do crescimento dessa parte da população nos sectores informais da cidade e do campo. Em tais condições, a estratégia mais lógica parece ser a da definição de vários esquemas de trabalho intensivo no sector informal para ajudar a absorver aquele excedente populacional. T.G. McGEE reconsideraria que a

natureza dualística do modelo sobrelevava demasiado as características dos dois sectores, mas não dava suficiente atenção nem às relações dinâmicas entre os sectores, nem à natureza muito complexa dos mercados de trabalho naqueles países densamente povoados («An Invitation to the Ball: Dress Formal, or Informal?», *Food, Shelter and Transport in Southeast Asia and the Pacific*, coord. P.J. RIMMER, D. DRAKAKIS, T.G. MCGEE, Camberra, 1978; e «Doubts about Dualism: Implications for Development Planning», *UNCRD Working Papers*, Nagoya, 1978).

No artigo ora em recensão, na primeira parte o autor descreve a tentativa da elaboração de um modelo teórico da mobilidade motivada pelo trabalho, tendo em conta as suas complexidades; na segunda parte faz a aferição do modelo em casos escolhidos no contexto do Sudeste Asiático; e na terceira parte, procura sublinhar as implicações do modelo em formulações teóricas sobre os processos de urbanização em países do Terceiro Mundo. Como conclusão geral defende que o modelo mais adequado para tais países será aquele que assuma que, pelo menos naqueles países onde o processo de conservação é dominante e prevalece a circulação migratória, a transição urbana levará um tempo muito mais longo. As implicações a tirar do modelo são tais, que muito maior atenção terá de ser dada ao incremento da produtividade e do emprego nas áreas rurais. Não se pode considerar a rápida transformação urbana dos países do Terceiro Mundo apenas sob a óptica restritiva das migrações do campo para a cidade.

No segundo artigo, «Proletarianization, Industrialization and Urbanization in Asia: A Case study of Malaysia», *Akademia*, revista da Universidade Kebangsaan, 23, 1983, pp. 3-20, o autor começa por lançar algumas dúvidas sobre argumentos que têm sido utilizados para a descrição dos fenómenos de urbanização no Sudeste Asiático como formas de «pseudo-urbanização», por causa dos seus desvios em relação aos padrões de urbanização definidos em países desenvolvidos, caracterizados por crescimentos industriais. Ora, desde os anos 60 se reuniram testemunhos suficientemente demonstrativos de que os processos de urbanização no Sudeste Asiático tomaram caminhos diferentes. Deixaram de estar confinados apenas ao fornecimento de matérias-primas e de produtos semielaborados, pois passaram a estar ligados também ao desenvolvimento industrial moderno. No artigo são enumerados vários factores: diversificação das indústrias vocacionadas para a exportação, desenvolvimento do fabrico de certos produtos, alteração favorável das tarifas em países desenvolvidos, novas políticas salariais e conhecimento adequado da força de trabalho. Um aspecto interessante tem sido o do aumento da participação das mulheres nas actividades industriais, o que, segundo T.G. MCGEE, terá consequências mais amplas na proletarianização das populações rurais do Sudeste Asiático.

Depois de uma introdução em que são apresentadas as observações mais contrastadas de um *kampung* («bairro da lata») de Kuala Lumpur em 1969 (não havia quase ninguém, dos moradores, a trabalhar em fábricas) e em 1979 (diversificação maior dos tipos de emprego dos homens mas, sobretudo, a presença de mulheres com trabalho em fábricas das proximidades), pontos de partida para a dissertação

sobre o tema, seguem-se três grandes alíneas: urbanização e industrialização — as componentes principais da relação; industrialização e urbanização na Ásia —, padrões de evolução; e exportação e urbanização — proletarização feminina na Malásia. Em cada uma delas foram incluídos quadros estatísticos exemplificativos de certas situações particulares. Sublinho o especial interesse do quadro 3, com a síntese das principais relações, e dos efeitos e exemplos dos processos de industrialização na Ásia: tipos de indústrias e de empresas, localização (relacionada com estradas, núcleos urbanos, mercados, fontes de matérias-primas, etc.), relacionamento e raio de acção, exemplos de países e regiões. Em conclusão, ainda que assinaladas as devidas reservas pelo facto de ter sido utilizado apenas um caso (um *kampung* de Kuala Lumpur), é posto em relevo como o crescimento da proletarização nas cidades asiáticas é uma tendência de tal modo importante, que se torna necessário rever desde já alguns dos argumentos da teoria da *Urban involution* que o próprio T.G. McGEE formulara uma década antes (*The Urbanization Process in the Third World*, Londres, 1971; mas antes, com W.R. ARMSTRONG, «Revolutionary Change and the Third World City: A theory of Urban Involution», *Civilisations*, XVIII (3), 1968, p. 353-378). Todavia, ainda segundo ele, não se deverá pôr demasiada ênfase nessa forma de industrialização como meio de modificação da estrutura de classes nas cidades asiáticas. A natureza pouco vinculada de muitas das firmas, juntamente com a tendência geral de recessão da economia mundial levantam sérias dúvidas quanto à perenidade do processo de proletarização. Em muitas áreas da Ásia parece que a revolução rural terá de preceder ainda a revolução industrial para se desenvolver um verdadeiro proletariado.

A propósito da expressão *Urban involution*, vale a pena assinalar, ainda que rapidamente, as dificuldades terminológicas manifestadas em propostas de vários autores para referirem aspectos particulares dos processos de urbanização nos países em vias de desenvolvimento. A título de exemplo menciono, por ora, o do subtítulo do número XXXI (Outubro-Dezembro), 1983, da revista *Hérodote*, que é o mesmo do editorial escrito por YVES LACOSTE: «L'Implosion urbaine?», tomada como forma para a qual tenderá a «explosão urbana», o processo de crescimento demasiado rápido que tem caracterizado as grandes cidades (e não só!) de países do Terceiro Mundo desde os anos de 50. Prospectivas encomendadas pelas Nações Unidas, com data de 1969, sugeriram que a população urbana do Globo vivendo em centros com 20.000 habitantes e mais passaria de 1.326 milhões para 2.336 milhões entre 1970 e 2000. Perto de 1.000 milhões seria o valor correspondente ao crescimento dos centros urbanos dos países menos desenvolvidos, elevando-se assim as respectivas taxas de urbanização, em valores médios, de 19 para 31 p. 100. Em algumas áreas, como na América Latina, a previsão dava que, em finais do século, mais de metade das suas populações poder-se-iam dizer urbanas. Outros exemplos numéricos são de igual modo impressionantes: nos alvares dos anos 2.000 o conjunto urbano do México poderá contar cerca de 30 milhões de habitantes, o de São Paulo ultrapassará 25 milhões, o do Rio de Janeiro 19 milhões; os de Xangai e Pequim terão mais de 20 milhões cada um, os de Bombaim, Calcutá e Jacarta andarão pelos 15 milhões

de pessoas; Séoul, Cairo, Madras, Buenos Aires, Carachi, Deli e outros rondarão, cada um, os 10 milhões ou até um pouco mais!

Na verdade, começa a ser muito difícil imaginar como poderão viver essas massas humanas tão volumosas em cidades desprovidas de equipamentos essenciais suficientes e de recursos financeiros para acudir às necessidades contraídas por tão desmesurado empolamento. E observações recentes têm mostrado como às dificuldades consideráveis relacionadas com tal explosão urbana, sem par, se juntam mais outras que concorrem, igualmente, para ampliarem a dramaticidade das situações. Nas grandes cidades, em que as populações aumentam em ritmos acelerados (aos excedentes naturais elevados somam-se valores muito altos de gentes provenientes do mundo rural e de centros urbanos mais pequenos, e também do estrangeiro), evidenciam-se ainda mais os problemas ligados com a redução cada vez maior dos espaços podendo ser ocupados pelas gentes pobres. As possibilidades que elas tinham de se estabelecerem em terrenos urbanos (os piores) para aí construir baracas («bairros da lata») diminuem a olhos vistos, perante a expansão de novas aquisições especulativas de áreas para a edificação de bairros para as classes médias e afortunadas, com apoio das instituições de crédito e dos aparelhos de Estado.

Em consequência disso, a uma grande parte da população urbana, justamente aquela que aumenta mais rapidamente, não resta senão concentrar-se em espaços cada vez mais restritos, os quais se passam a caracterizar, fundamentalmente, por elevadas taxas de densidade populacional. Aqui está como, pelo menos em algumas grandes cidades, a «explosão urbana» tende a gerar fenómenos de «implosão urbana». YVES LACOSTE explica a utilização desta expressão recente, e tão alegórica como a primeira, com recurso a um princípio da Física: um fenómeno (físico) no qual um meio sólido ou um corpo oco submetido a uma pressão externa superior à sua resistência mecânica se comprime violentamente e tende a concentrar-se num volume reduzido. O *The Oxford Concise Dictionary*, Oxford, 1983, p. 501, regista *implode* com «(cause to) burst inwards», e daí *implosion* e *implosive*. Na edição de 1974 da *Encyclopaedia Britannica*, volume V da *Micropaedia*, p. 317, o significado é igualmente de «bursting inward», acrescentando-se «as of a broken vacuum tube»; no volume 13 da *Macropaedia*, p. 325, *implosion* aparece ligado ao processamento de armas nucleares, e como princípio de base na preparação da célebre bomba lançada sobre Hiroshima. Em *Dicionário Enciclopédico Koogan-Larousse-Seleções*, Rio de Janeiro, I, 1978, p. 454, encontra-se *implosão* com o significado de «detonação de explosivos orientada, p. ex.º, para o processo de demolição com queda dos detritos para dentro de uma área limitada». Fico por aqui. O assunto será retomado noutra ocasião.

No caso das grandes cidades do Terceiro Mundo a expressão tem a vantagem de destacar a redução aparente de volume e efectiva dos espaços por via de acções em que se sublinham a rapidez e força relativas. Com o sinal de interrogação YVES LACOSTE pretendeu deixar clara a sugestão de que se trata, por um lado, de uma hipótese que ainda não está bem verificada em cada uma das grandes cidades ou, pelo menos, na sua maioria, e, por outro lado, de uma possibilidade de evolução dos

respectivos processos de urbanização. Ainda será cedo para se constatarem as suas consequências concretas. Aquele mesmo autor recorda que a tendência para definir a «implosão» estava já reconhecida num relatório do Director Executivo da 6.ª sessão da Comissão dos Estabelecimentos Humanos, das Nações Unidas, reunida em Helsinquia, em Abril-Maio de 1983, intitulado «Os solos e os estabelecimentos humanos: estudo e análise da situação actual». Nele se aponta, em primeiro lugar, o modo como «os grupos pobres procuram terrenos à margem das vias oficiais», se constata o carácter limitado da «intervenção dos poderes públicos na cedência de terrenos para alojamentos dos grupos pobres» e se afirma que os meios para a sua obtenção «se defrontam com obstáculos crescentes». Na última parte do relatório evidencia-se ainda como «o aumento das despesas de transporte interdita os grupos pobres de se alojarem a uma certa distância...», que «em muitos países, os meios extracomerciais para aquisição de terrenos estão em vias de desaparecimento...», como o «mercado fundiário se comercializa cada vez mais...», que as «forças do mercado exercem uma pressão considerável para afastar as pessoas de fracos recursos...», como o «mercado fundiário pode desde já excluir os grupos pobres e desfavorecidos...», e como «os poderes públicos já não podem contar com os 'processos paralelos' pelos quais se encontravam terrenos para os grupos pobres e desfavorecidos que são cada vez mais numerosos». A tendência é para o desaparecimento das margens de que dispunham as grandes cidades para alojamentos ilícitos ou semi-ilícitos das gentes pobres. O tema será retomado noutra nota com a recensão de mais um interessante artigo de T.G. McGEE, «Conservation and Dissolution in the Third World City. The 'Shanty Town' as an Element of Conservation», de *Urbanism and Urbanization. Views, Aspects, and Dimensions*, coord. de NOEL IVERSON, Leiden 1984, a par de trabalhos de outros autores menos conhecidos entre nós, ou jamais referenciados pelos estudiosos portugueses de problemas de Geografia urbana.

No terceiro artigo de T.G. McGEE, «Circuits and Networks of Capital: the Internationalization of the World Economy and National Urbanization», apresentado em *Conference on Urban Growth and Economic Development in the Pacific Region*, Taipei, 1984, o autor começa por recordar, de modo breve, quatro grandes conjuntos de teorias elaboradas nos anos 70 acerca dos processos de urbanização em países do Terceiro Mundo.

Em primeiro lugar são mencionadas as que traduzem preocupações sobre o modo como nesses países os sistemas e centros urbanos podem ser considerados como reflexos dos papéis que os estados nacionais desempenham no sistema económico internacional. Destacando vários autores (A.G. FRANK, S. AMIN, I. WALLERSTEIN, J. WALTON e A. PORTES, R.B. COHEN, J. FRIEDMANN e G. WOLF, E. SOJA e R. MORALES, etc.), T.G. McGEE enuncia os pontos fundamentais das suas ideias: as cidades do Terceiro Mundo vistas como estruturas institucionais que permitem a acumulação de capital nos países em questão e a sua canalização para os centros dos países desenvolvidos. Na sequência disso, tais cidades têm um papel crucial no subdesenvolvimento do Terceiro Mundo; as modificações do sistema económico interna-

cional têm ramificações nos sistemas urbanos dos países em vias de desenvolvimento; a internacionalização da economia mundial favoreceu o desenvolvimento de centros regionais como, por exemplo, Singapura. Este espaço «anacrónico», como lhe chamou C. GOLDBLUM, em «Singapour l'État d'exception. Chronique d'un marché captif, l'immobilier», *Hérodote*, 31, 1983, p. 84-119, «que se mantém no pelotão de vanguarda dos «novos países industriais» e constitui a expressão mais impressionante — tanto mais forte porque condensada — da modernidade e do êxito económico na Ásia do Sudeste: terceiro porto do mundo pelo tráfico, terceiro centro mundial de refinação de petróleo, primeira praça financeira da região, segundo país da Ásia quanto ao PNB por habitante, Singapura continua a desafiar a crise pelas suas realizações económicas, tirando vantagem, em suma, da extravasão total da sua economia».

Noutro grupo foram arrumadas as contribuições devidas sobretudo a demógrafos, geógrafos e antropólogos que dedicaram especial atenção à análise dos movimentos populacionais entre as áreas rurais e as urbanas, e vice-versa (G. HUGO, S.

GOLDSTEIN, R. PRYOR, entre tantos outros), sobretudo em países do Sudeste Asiático. Utilizando recenseamentos e outros levantamentos estatísticos, juntamente com inquéritos minuciosos, construíram imagens mais sofisticadas das migrações.

Um terceiro grupo de teorias, emergidas do vasto corpo de doutrinas sobre o desenvolvimento, assenta nas preocupações sobre a persistente pobreza em que continuam a viver percentagens elevadas de populações do Terceiro Mundo, e daí a prioridade da elaboração de programas de redistribuição de poupanças, capazes de suprirem uma boa parte das necessidades básicas daquelas populações em permanente crescimento. Embora tenha havido muitas discussões sobre esses problemas (AJIT SINGH, «The Basic Needs Approach to Development vs. the New International Economic Order: the Significance of Third World Industrialization», *World Development*, 7, 1979, p. 535-606, contém uma boa síntese sobre a matéria), muita coisa ficou ainda por esclarecer. De um modo geral, os autores têm definido que um sistema urbano eficiente poderá desempenhar um papel importantíssimo no suprimento das necessidades básicas das populações carecentes. Segundo alguns deles, as medidas a tomar deverão ser mais favoráveis às pequenas cidades, tornando-as capazes de oferecerem mais serviços e, conseqüentemente, mais empregos. A tónica mais frequente tem sido a de um desenvolvimento integrado e a clara compreensão das funções dos sistemas urbanos nas economias nacionais.

O quarto grupo de doutrinas relaciona-se com o conceito de «sector informal», quer aplicado ao mundo urbano, quer ao rural, entusiasticamente defendido por muitos, mas também minimizado por alguns. T.G. MCGEE e Y. YUE-MAN, em *Hawkers in Southeast Asian Cities: Planning for the Bazaar Economy*, Otava, 1977, oferecem boas perspectivas sobre a matéria. As circunstâncias específicas que deram origem ao interesse crescente pelo sector informal foram o reconhecimento, durante os anos 60, da incapacidade da maioria dos países do Terceiro Mundo gerar oportunidades salariais suficientes e a constatação de que, afinal, muitas pessoas se mantinham (e continuam) empregadas em actividades familiares, ou de pequena escala,

envolvendo quer a produção (agricultura e manufactura), quer a construção (barracas e outros alojamentos em «bairros da lata»), quer a distribuição (por exemplo, vendedores ambulantes). Tais realidades não podem ser, de modo algum, escamoteadas na elaboração de análises económicas e sociais, e nos estudos geográficos sobre as cidades. Em anos mais recentes vários investigadores têm criticado o conceito de sector informal, argumentando que, para fins teóricos, ele é demasiado descritivo e favorável à tendência para se ignorarem as suas relações com o sector formal. Todavia, nenhum chegou a negar a sua importância, quer em relação ao sector formal, quer ao Estado. Outros críticos têm chamado a atenção para a dificuldade de aplicação do conceito a todo o Terceiro Mundo porquanto, segundo eles, persiste a confusão sobre se é a unidade de organização económica, ou a forma de emprego, que deverá ser utilizada como base de distinção dos sectores informal e formal. Ainda outros sublinham a falta de dinamismo do modelo dualístico e sugerem que seria mais apropriado conceptualizar a estrutura económica das cidades do Terceiro Mundo com circuitos diferentes de actividades económicas, que estão em estado constante de fluxo e interacção — por exemplo, os circuitos inferior e superior, como definiu MILTON SANTOS em *The Shared Space: the Two Circuits of the Urban Economy in Underdeveloped Countries*, Londres, 1979. Finalmente, o dualismo sector informal/sector formal tem sido criticado particularmente pelos autores que aplicaram o modelo aos problemas de mercados de trabalho, com a alegação de que ele sobre-simplifica as condições de *fragmented labour markets* que tanto caracterizam a maioria dos países do Terceiro Mundo [J. BREMAN, «A Dualistic Labour System? A critique of the Informal Sector Concept», *Economic and Political Weekly*, 1976, 11 (48), p. 1870-1875, 11 (49), p. 1905-1908, 11 (50), p. 1939-1944].

Sem dúvida nenhuma que a convergência de tantas e tão variadas propostas teve resultados positivos, ao trazerem nova compreensão dos processos de urbanização em países do Terceiro Mundo, com consequências importantes ao nível de programas de pesquisas científicas e das opções políticas. Os sistemas urbanos nacionais passaram a ser estudados também como reflexos do modo de incorporação dos respectivos países no sistema económico internacional, pelos importantes efeitos disso na hierarquia urbana e na estrutura e distribuição das forças de trabalho. De uma forma geral deu-se maior ênfase aos problemas das migrações populacionais, quer entre as áreas rurais e os centros urbanos, quer no sentido contrário. E estas perspectivas permitiram análises mais apuradas sobre o ritmo das transformações urbanas, a importância relativa dos centros de diferentes tamanhos nas hierarquias urbanas, e as relações entre o mundo rural e o mundo urbano. Poderá acrescentar-se ainda que os conceitos elaborados nos anos 70 se apoiaram na atenção dada aos condicionamentos criadores de desigualdades espaciais e estruturais nos países do Terceiro Mundo e propiciaram o maior interesse pela maneira como os Estados poderiam intervir, com a finalidade da redução daquelas desigualdades. *The last, but not the least*, com eles ficaram bem claras a necessidade da revisão crítica dos modelos utilizados para a conceptualização das estruturas económicas e sociais das cidades do Terceiro Mundo e, em particular, a urgência de estudos pormenorizados das activi-

dades económicas que aí têm lugar, de modo a construírem-se modelos mais sofisticados sim, porém a partir das realidades observadas localmente.

Apesar dos enormes progressos alcançados nos domínios do levantamento minucioso e da teorização de fenómenos urbanos, ainda permaneceram mal investigados diversos problemas importantes. Nesse sentido decorre o texto polémico do terceiro artigo de T.G. McGEE, anteriormente mencionado, sobre aquilo que intitulou como «um aspecto negligenciado de estudos recentes sobre urbanização»: o papel que as cidades desempenham como centros de investigação e acumulação de capital. Com base nas ideias de DAVID HARVEY («The Urban Process under Capitalism: a Framework for Analysis», *Urbanization and Urban Planning in Capitalist Society*, coord. por D. MICHAEL e J.S. ALLEN, Londres e Nova Iorque, 1981, p. 93-121), ao definir três circuitos do capital — *primário*, que envolve a apropriação da maior valia do trabalho; *secundário*, abrangendo um complexo de operações de produção e de consumo; e *terciário*, incluindo investimentos em ciência e tecnologia, e encargos sociais com a incrementação dos processos de reprodução da força de trabalho como, por exemplo, a educação —, desenvolve pontos que considera de pesquisa prioritária para o planeamento adequado do futuro das cidades do Sudeste Asiático, área das suas preocupações científicas. São eles os seguintes, aqui apresentados de forma resumida: aumentar a investigação sobre os circuitos e redes de capital, nomeadamente sobre o efeito de investimentos no ambiente construído e utilizado em actividades de produção e de serviços; incrementar pesquisas sobre o modo como as modificações da economia mundial afectam esses circuitos e redes de capital, de maneira a informar mais efectivamente o processo de elaboração de medidas a nível nacional; reavaliação urgente de políticas urbanas nacionais à luz das novas informações resultantes daquelas pesquisas. Analisando vários aspectos, dos pontos de vista sectorial (de acordo com os tipos e origens dos investimentos) e geográfico (origens e distribuição geográficas dos investimentos estrangeiros), utiliza exemplos regionais do Sul e Sudeste Asiático. As redes são classificadas em internacionais (realçado o papel crucial do sistema bancário internacional), em regionais (com exemplos das praças de Hong Kong e de Singapura, em relação com depositantes chineses vivendo fora da China), em nacionais (como o nome indica, capitais nacionais investidos no próprio país) e em sub-regionais (capitais provinciais investidos na província). T.G. McGEE não deixa de reconhecer o risco da artificialidade daquela divisão geográfica, porquanto os fluxos financeiros não estão na dependência de tais fronteiras, salvo em casos de voluntária imposição política. Todavia, o exercício não se pode considerar inútil. Pelo contrário, dele se tiram conclusões pertinentes sobre as relações entre os sectores, os circuitos e redes de capital, e os processos de urbanização. O exemplo fundamental, ilustrado com abundantes valores estatísticos, é o das estratégias diferentes adoptadas pelos financiadores japoneses ao investirem na Malásia (sobretudo em firmas de electrónica e trabalho intensivo) e na Indonésia (mineração, muita da qual sob contratos de *joint-venture*, e, mais recentemente, noutros tipos de indústrias análogas), em meados dos anos 70, e como os respectivos fluxos de capital afectaram também diferentemente os padrões internos desses países, nomeadamente os seus

sistemas urbanos. No primeiro caso, nalguns estados da Federação, como Penang, deu-se uma verdadeira revolução industrial e urbana no espaço de dez anos, que fomentou uma economia regional muito mais dinâmica. No segundo, pelo destino dos investimentos, a urbanização foi muito mais lenta e também lento o crescimento da força de trabalho industrial. Mais alguns exemplos são apontados como ilustrações do interesse do estudo dos circuitos e redes de capital, a par de outras análises.

ILÍDIO DO AMARAL